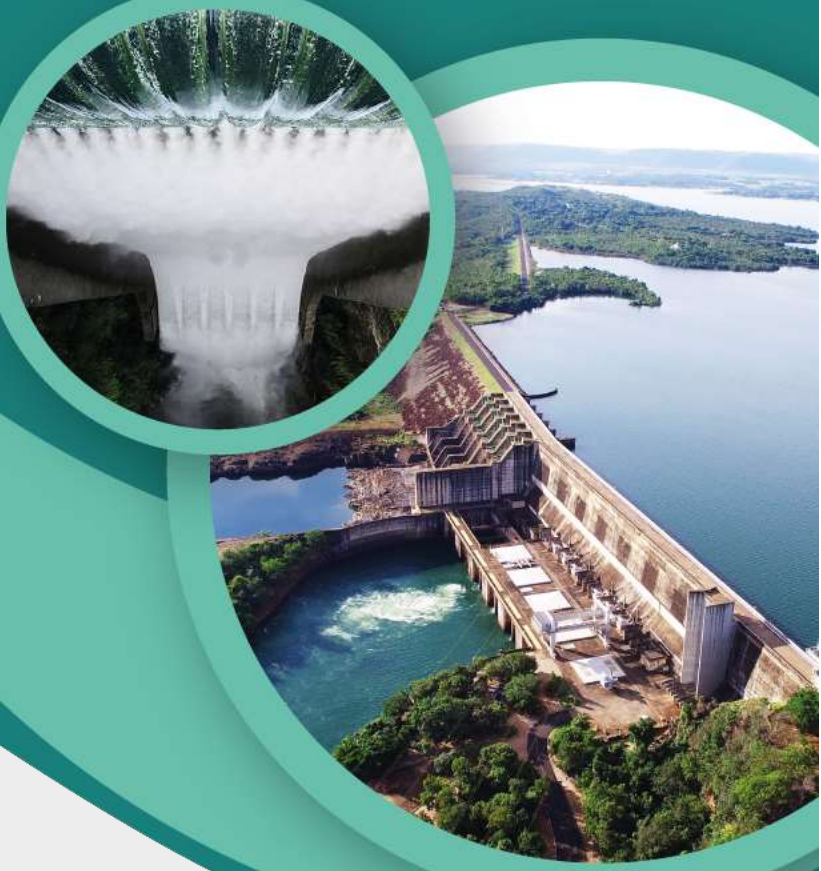
Companhia Energética

Jaguara



Relatório da Administração
e Demonstrações Contábeis
dos Exercícios de
2018 e **2017**

CNPJ: 28.925.264/0001-75
NIRE: 42 3 0004594-2
R. Paschoal Apóstolo Pitsica, 5064
Agronômica - Florianópolis - SC - CEP 88025-255

ÍNDICE

Relatório da Administração 3
Balanços Patrimoniais 10
Demonstrações dos Resultados 12
Demonstrações dos Resultados Abrangentes 12
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido 13
Demonstrações dos Fluxos de Caixa 14
Demonstrações dos Valores Adicionados 15
Nota 1 – Contexto Operacional 17
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis 18
Nota 3 – Sumário das principais práticas contábeis 19
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa 24
Nota 5 – Contas a receber de clientes 24
Nota 6 – Ativo financeiro de concessão 24
Nota 7 – Intangível 25
Nota 8 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros 25
Nota 9 – Debêntures e notas promissórias 31
Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social diferidos 32
Nota 11 – Patrimônio líquido 33
Nota 12 – Dividendos 34
Nota 13 – Conciliação da receita operacional líquida 35
Nota 14 – Resultado financeiro 35
Nota 15 – Transações com partes relacionadas 36
Nota 16 – Seguros 37
Nota 17 – Compromissos de longo prazo 37
Nota 18 – Informações complementares ao fluxo de caixa 37
Declaração dos Diretores da Companhia 38
Conselho de Administração 39
Diretoria Executiva 39
Departamento de Contabilidade 39
Relatório do Auditor Independente 40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Jaguara ("Jaguara" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2018. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Constituída em 09.10.2017 e sediada no município de Florianópolis (SC), a Companhia detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para operação da Usina Hidrelétrica Jaguara ("Usina" ou "UHE Jaguara"), em concessão pelo prazo de 30 anos.

A Usina está localizada no Rio Grande, na divisa dos Estados de São Paulo (SP) – município de Rifaina - e Minas Gerais (MG) – município de Sacramento, com capacidade instalada de 424,0 MW e energia assegurada de 341,0 MW médios.

Usina Hidrelétrica Jaguara	
Início da Construção	1966
Início da Operação	1971
Vencimento da Concessão	28.12.2047
Localização	Município de Rifaina (SP)
Comprimento da barragem	325 m
Altura máxima da barragem	40 m
Volume do reservatório	470 hm^3
Unidades geradoras	4
Potência instalada	424 MW

A energia da Usina está comercializada da seguinte maneira: 70% em cotas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), livre de risco hidrológico (*Generation Scaling Factor* - GSF). Os demais 30%, disponíveis para negócio no Ambiente de Contratação Livre (ACL), foram negociados em 2018 com a controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), pelo prazo de 13 anos, e também estão isentos de risco hidrológico. Dessa forma, a energia gerada pela Companhia Energética Jaguara está 100% livre dos impactos de déficit de geração hidrológica durante a vigência deste contrato.

2. Estrutura e Controle Acionário

Com 854.408.805 ações ordinárias, a Companhia acumulava capital social de R$ 854.409 mil ao final de 2018, sendo controlada integralmente pela ENGIE Brasil Energia, sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização e transmissão de energia elétrica. No segmento de geração, a controladora implanta e opera empreendimentos de fontes convencionais, como hidrelétricas, termelétricas e usinas complementares — pequenas centrais hidrelétricas e usinas eólicas, a biomassa e fotovoltaicas – sendo a maior geradora privada de energia do país.

2.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, cujos poderes, atribuições e responsabilidades constam na legislação e no Estatuto Social. Os Conselheiros são eleitos em Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de 3 (três) anos, com possibilidade de reeleição.

O Conselho de Administração foi estabelecido na Assembleia de Constituição realizada em 09.10.2017, na qual foram eleitos os senhores Eduardo Antonio Gori Sattamini, José Luiz Jansson Laydner e Carlos Henrique Boquimpani de Freitas, sendo o primeiro escolhido para exercer a função de presidente do Conselho.

A Diretoria Executiva foi estabelecida na 1° Reunião do Conselho de Administração, em 09.10.2017, tendo a seguinte composição: José Luiz Jansson Laydner ocupando a função de Diretor Presidente, Marcelo Cardoso Malta eleito Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores e Arthur Roberto Frota Ellwanger na posição de Diretor Técnico-Operacional.

2.2 Processo de Aquisição da Concessão

A UHE Jaguara, desde sua construção, pertenceu à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). O prazo de concessão anterior venceu no decorrer de 2017, o que levou a Usina a leilão organizado pelo Governo Federal em 27.09.2017. Os parâmetros técnicos e econômicos deste leilão foram estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energético (CNPE).

A ENGIE Brasil Energia foi a vencedora, com uma oferta de R$ 2.171 milhões, ágio de 13,6% sobre o preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal no certame. Após a assinatura do contrato de concessão, transcorreu-se um curto período de operação assistida, compartilhada entre os antigos e novos operadores do ativo. Em 29.12.2017, a operação e manutenção da Usina passou a ser integralmente realizada pela equipe da EBE. A partir dessa data, iniciou-se a contagem dos 30 anos de concessão.

3. Ambiente Macroeconômico

A expectativa do mercado, conforme o Relatório Focus de 04.01.2019, é de que Produto Interno Bruto (PIB) tenha avançado cerca de 1,3% em 2018, frente ao avanço de 1,0% do ano anterior. O dado oficial só será conhecido em março.

A inflação ficou em 3,75% no ano - a meta é de 4,5%, com tolerância de 1,5 ponto para cima ou para baixo, ou seja, podendo variar entre 3% e 6%. A taxa básica de juros (Selic) chegou ao fim de 2018 em 6,5% a.a., seu menor patamar histórico.

Para 2019, a expectativa, com base no mesmo relatório, é de leve aumento na taxa básica de juros (7,0% a.a.), inflação próxima ao centro da meta (4,0%) e um mais significativo crescimento da economia (2,53%).

4. Desempenho Operacional

Em 2018, primeiro ano completo de operação sob gestão da Companhia, a geração bruta da UHE Jaguara foi de 1.599,0 GWh,. O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no período em análise foi de 82,0%. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global no período analisado foi de 77,7%. Em abril de 2018, ocorreu um sinistro na unidade geradora da UHE Jaguara, tendo a unidade ficado indisponível até dezembro de 2018.

Importante destacar que no período a Usina passou a ser operada remotamente do Centro de Operação da Geração (COG) da controladora, ENGIE Brasil Energia, garantindo assim maior padronização, confiabilidade e eficiência operacional ao empreendimento.

5. Desempenho Econômico-financeiro

Indicadores de resultado	2018	19.10.2017 a 31.12.2017
Receita operacional líquida	427.774	34.149
Lucro bruto	311.660	29.786
Margem bruta	72,9%	87,2%
Resultado do serviço (Ebit) [1]	310.925	29.773
Ebitda (Lajida) [2]	331.457	33.308
Amortização	(20.532)	(3.535)
Resultado financeiro	(95.725)	(7.785)
Lucro antes dos tributos (Lucro operacional)	215.200	21.988
Lucro líquido do exercício	166.021	17.820

[1] Resultado do serviço (Ebit): lucro operacional + resultado financeiro; e
[2] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + amortização.

5.1.1 Receita operacional líquida

As informações a seguir, referentes ao ano de 2018, são comparadas aos dados reportados de 19.10.2017 a 31.12.2017, considerando o início das atividades da Companhia nesta data.

No ano de 2018, a receita operacional líquida da Companhia foi de R$ 427.774 mil, frente aos R$ 34.149 mil reconhecidos no ano de 2017, ou seja, acréscimo de R$ 393.625 mil. As principais variações foram:

a) Remuneração do ativo financeiro de concessão

O ativo financeiro de concessão representa o valor presente dos fluxos de caixa futuros da parcela de energia destinada ao ambiente regulado, equivalente a 70% da garantia física da usina. Esse ativo é remunerado pela taxa interna de retorno utilizada para o cálculo do valor presente do ativo e pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Esta receita apresentou aumento de R$ 176.842 mil, passando de R$ 32.037 mil em 2017 para R$ 208.879 mil em 2018, reflexo, subtancialmente, do início das atividades da Companhia no 4T17 e da variação do IPCA.

b) Suprimento de energia elétrica

A Companhia vende a totalidade de sua garantia física destinada ao mercado livre à sua controladora, ENGIE Brasil Energia. Em 2018, a receita decorrente deste contrato foi de R$ 154.711 mil, aumento de R$ 153.972 mil quando comparado ao ano de 2017, quando foi de R$ 739 mil.

O preço estabelecido contratualmente é de R$ 130/MWh, reajustado anualmente pelo IPCA. Contudo, o contrato de venda possui um mecanismo de ajuste de preço para mitigação de risco, que prevê que a compradora, ou seja, a controladora, assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o qual inclui a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF). Desta forma, em 2018, o preço médio praticado foi de R$ 188,71/MWh, resultando no reconhecimento de receita adicional de venda para a controladora no montante de R$ 48.268 mil, líquida dos tributos sobre a receita, para compensar os custos adicionais de compra de energia em montante equivalente aos efeitos negativos que a Companhia teria na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) caso não tivesse realizado tal compra.

c) Receita do Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG)

Para a energia vendida no mercado regulado, a Companhia recebe a parcela referente à Gestão dos Ativos de Geração (GAG), para cobertura dos custos com operação e manutenção, além de gastos com melhorias durante o prazo de concessão. O valor da GAG reconhecida no ano de 2018 foi de R$ 61.584 mil.

5.1.2 Custos da venda de energia

Os custos da venda de energia foram de R$ 116.114 mil em 2018, acréscimo de R$ 111.751 mil quando comparado a 2017, cujo montante era de R$ 4.363 mil. Tal variação decorre, essencialmente, do comportamento dos componentes a seguir:

a) Energia elétrica comprada para revenda: a Companhia comprou energia de sua controladora, por meio de contrato bilateral de curto prazo, no montante de R$ 54.968 mil. Este contrato teve por finalidade mitigar os efeitos negativos que a Companhia teria na CCEE caso não realizasse tal compra.

b) Amortização do intangível: refere-se à amortização da parcela de bonificação pela outorga de concessão alocada no intangível, no montante de R$ 20.532 mil no ano de 2018 e R$ 3.535 mil em 2017.

c) Encargos de uso da rede elétrica e *royalties*: reconhecimento de R$ 15.081 mil e R$ 252 mil, em 2018 e 2017, respectivamente, relacionados aos encargos de uso do sistema de transmissão e aos *royalties*, relativos aos 30% da garantia física destinada ao mercado livre. A parcela destes custos referente a garantia física destinada ao mercado regulado é reembolsada por meio da Receita Anual de Geração (RAG), não afetando o custo da Companhia.

d) Material e serviços de terceiros: reconhecimento de R$ 13.315 mil e R$ 458 mil, em 2018 e 2017, respectivamente, relativos, principalmente, aos custos de operação e manutenção da Usina.

e) Outros: incluem os gastos decorrentes do reconhecimento de custos de pessoal, no montante de R$ 5.567 mil, da contratação de prêmio de seguro de danos materiais e lucros cessantes, no valor de R$ 2.615 mil e outros custos que totalizam R$ 1.398 mil.

5.1.3 Ebitda e Margem Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda de 2018 foi de R$ 331.457 mil, aumento de R$ 298.149 mil quando comparado ao mesmo período de 2017, que foi de R$ 33.308 mil.

Com a finalidade de possibilitar a reconciliação do lucro líquido com o Ebitda, apresentamos a tabela abaixo:

(Em R$ mil)	2018	2017
Lucro líquido do período	166.021	17.820
(+) Imposto de renda e contribuição social	49.179	4.168
(+) Resultado financeiro	95.725	7.785
(+) Amortização do intangível	20.532	3.535
	331.457	**33.308**

5.1.4 Resultado financeiro

Em 2018, as receitas financeiras atingiram R$ 7.884 mil (R$ 956 mil em 2017), sendo correspondentes, principalmente, à renda de aplicações financeiras. As despesas financeiras foram de R$ 103.609 mil (R$ 8.741 mil em 2017), impactadas, principalmente, pelos juros e variação monetária sobre as debêntures e notas promissórias.

5.1.5 Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

No acumulado do ano, essas despesas aumentaram R$ 45.011 mil, passando de R$ 4.168 mil em 2017 para R$ 49.179 mil em 2018, em decorrência, principalmente, do acréscimo da base de apuração dos tributos.

5.1.6 Lucro líquido

O lucro líquido de 2018 foi de R$ 166.021 mil, frente ao lucro líquido de 2017 no montante de R$ 17.820 mil, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

6. Gestão Socioambiental

A UHE Jaguara, quando operada pelo antigo proprietário, possuía as certificações ISO 9001 (Qualidade) e 14001 (Gestão Ambiental) e ainda OSHAS 18001 (Saúde e Segurança). Com a transferência do ativo, as certificações são perdidas, havendo a necessidade de haver novos processos de certificação, pautados pela cultura, modelo de gestão, políticas e procedimentos da nova operadora.

A Administração da Companhia está engajada em realizar as adaptações estruturais eventualmente necessárias, bem como a aculturação e capacitação dos recursos humanos direta e indiretamente envolvidos na operação da Usina para que, ainda em 2019, possam ser reconduzidos os processos de certificação acima citados, dado que a controladora, ENGIE Brasil Energia, possui tais certificações em 12 Usinas em todo o país, o que indica que as condições básicas já estão estabelecidas.

A Usina possui os seguintes programas socioambientais, estabelecidos na Licença de Operação vigente:

a) Programa de Monitoramento de Focos Erosivos;

b) Programa de Reflorestamento Ciliar;

c) Programa de Gerenciamento de Resíduos;

d) Programa de Monitoramento de Efluentes Líquidos;

e) Programa de Monitoramento de Qualidade da Água;

f) Programa de Conservação da lctiofauna e afugentamento nas paradas de máquinas;

g) Programa de Peixamento;

h) Programa de Levantamento da Produção Pesqueira;

i) Programa de Monitoramento da Avifauna e Projeto Urubu;

j) Programa de Educação Ambiental;

k) Programa de Comunicação Social;

l) Programa de Gestão Sociopatrimonial;

m) Plano de Atendimento a Emergências (PAE);

n) Programa de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas;

o) Programa de Monitoramento, Prevenção e Controle de Mexilhão-Dourado (Limnoperna fortunet).

7. Recursos Humanos

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela controladora ENGIE Brasil Energia. A Companhia reembolsa a controladora das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

8. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

9. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2018.

10. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para a criação da Companhia e seu desempenho no ano de 2018.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA

CNPJ Nº 28.925.264 /0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.302	962
Contas a receber de clientes	5	10.157	3.443
Indenização de seguros a receber	16	14.590	-
Ativo financeiro de concessão	6	172.165	187.344
Outros ativos circulantes		3.203	-
		213.417	**191.749**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Ativo financeiro de concessão	6	1.437.860	1.395.366
Outros ativos não circulantes		5.357	-
		1.443.217	**1.395.366**
Imobilizado		**5.163**	**-**
Intangível	7	**596.260**	**616.792**
		2.044.640	**2.012.158**
TOTAL		**2.258.057**	**2.203.907**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA

CNPJ Nº 28.925.264 /0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2018	31.12.2017
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		8.834	176
Dividendos	12	33.572	1.780
Debêntures e notas promissórias	9	107.195	1.326.232
Imposto de renda e contribuição social a pagar		4.655	1.212
Outras obrigações fiscais e regulatórias		4.894	1.386
Adiantamento de clientes	15	51.494	-
Outros passivos circulantes		203	12
		210.847	**1.330.798**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	9	1.004.860	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	35.891	2.743
Outros passivos não circulantes		1.781	7
		1.042.532	**2.750**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Capital social		854.409	10
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	854.309
Reserva legal		8.321	20
Dividendos adicionais propostos	12	141.948	16.020
		1.004.678	**870.359**
TOTAL		**2.258.057**	**2.203.907**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA

CNPJ Nº 28.925.264 /0001-75| NIRE Nº 42 3 0004594-2

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	31.12.2018	19.10.2017 a 31.12.2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	**427.774**	**34.149**
Custos da energia vendida			
Energia elétrica comparada para revenda		(54.968)	-
Amortização de intangível	7	(20.532)	(3.535)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(2.638)	-
Material e serviços de terceiros		(13.315)	(458)
Encargos de uso da rede elétrica		(12.228)	(177)
Royalties		(2.853)	(75)
Outros custos operacionais		(9.580)	(118)
		(116.114)	**(4.363)**
LUCRO BRUTO		**311.660**	**29.786**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(942)	(13)
Outras receitas operacionais, líquidas		207	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**310.925**	**29.773**
Resultado financeiro	14		
Receitas financeiras		7.884	956
Despesas financeiras		(103.609)	(8.741)
		(95.725)	**(7.785)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**215.200**	**21.988**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(16.031)	(1.425)
Diferido	10	(33.148)	(2.743)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**166.021**	**17.820**
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO – EM REAIS	11	**0,19431**	**178,18900**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	31.12.2018	19.10.2017 a 31.12.2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**166.021**	**17.820**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**166.021**	**17.820**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA

CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

		Capital social						
	Nota	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Capital subscrito		100	(100)	-	-	-	-	**-**
Integralização de capital		-	10	-	-	-	-	**10**
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	854.309	-	-	-	**854.309**
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	17.820	**17.820**
Destinações propostas à AGO:								
- Reserva legal	11	-	-	-	20	-	(20)	**-**
- Dividendos mínimos obrigatórios	12	-	-	-	-	-	(1.780)	**(1.780)**
- Dividendos adicionais propostos	12	-	-	-	-	16.020	(16.020)	**-**
Saldos em 31.12.2017		**100**	**(90)**	**854.309**	**20**	**16.020**	**-**	**870.359**
Integralização de capital	11	-	90	-	-	-	-	90
Capitalização de AFAC	11	854.309	-	(854.309)	-	-	-	-
Dividendos adicionais de 2017 creditados	12	-	-	-	-	(16.020)	-	(16.020)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	166.021	166.021
Destinações propostas à AGO:								
- Reserva legal	11	-	-	-	8.301	-	(8.301)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	12	-	-	-	-	-	(15.772)	(15.772)
- Dividendos adicionais propostos	12	-	-	-	-	141.948	(141.948)	-
Saldos em 31.12.2018		**854.409**	**-**	**-**	**8.321**	**141.948**	**-**	**1.004.678**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA

CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	31.12.2018	19.10.2017 a 31.12.2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	215.200	21.988
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Remuneração do ativo financeiro de concessão	(208.879)	(32.037)
Amortização do intangível	20.532	3.535
Juros e variação monetária	102.923	8.673
Outros	(165)	-
Lucro antes dos tributos ajustado	**129.611**	**2.159**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(6.622)	(3.443)
Indenização de seguros a receber	(14.590)	-
Ativo financeiro de concessão	181.564	(1.550.673)
Outros ativos	(3.175)	-
Aumento nos passivos		
Fornecedores	8.657	176
Outras obrigações fiscais e regulatórias	3.679	1.172
Adiantamento de clientes	51.494	-
Outros passivos	1.966	20
Caixa líquido das operações	**352.584**	**(1.550.589)**
Pagamento de juros sobre notas promissórias e debêntures	(94.940)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(10.942)	-
Caixa líquido das atividades operacionais	**246.702**	**(1.550.589)**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(5.163)	(620.327)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(5.163)**	**(620.327)**
Atividades de financiamento		
Integralização de capital	90	10
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	854.309
Emissão de debêntures	1.090.347	-
Emissão de notas promissórias	-	1.317.559
Pagamento de notas promissórias	(1.320.000)	-
Outros	364	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(229.199)**	**2.171.878**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**12.340**	**962**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	962	-
Saldo final	13.302	962
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**12.340**	**962**

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 18 – Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA

CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	31.12.2018	19.10.2017 a 31.12.2017
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receita bruta de vendas	438.334	34.250
Outros	207	-
	438.541	**34.250**
(-) Insumos		
Energia elétrica comparada para revenda	(54.968)	-
Transações no mercado de energia de curto prazo	(2.638)	-
Encargos de uso de rede elétrica	(12.228)	(177)
Materiais e serviços de terceiros	(14.117)	(470)
Outros	(2.400)	(25)
	(86.351)	**(672)**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**352.190**	**33.578**
Amortização de intangível	(20.532)	(3.535)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**331.658**	**30.043**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	7.884	956
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**339.542**	**30.999**

Continua na próxima página

Continuação

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	31.12.2018	%	19.10.2017 a 31.12.2018	%
Remuneração:				
Do trabalho				
Remuneração e encargos	3.127	0,9	-	-
Benefícios	978	0,3	-	-
Participação nos resultados	328	0,1	-	-
FGTS	219	0,1	-	-
	4.652	**1,4**	**-**	**-**
Do governo				
Impostos federais	60.083	17,7	4.343	14,0
Impostos estaduais	4	0,0	-	-
Encargos setoriais	5.067	1,5	95	0,3
	65.154	**19,2**	**4.438**	**14,3**
Do capital de terceiros				
Juros e variação monetária de debêntures e notas promissórias	103.371	30,4	8.673	28,0
Aluguéis	106	0,0	-	-
Outras despesas financeiras	238	0,1	68	0,2
	103.715	**30,5**	**8.741**	**28,2**
Do capital próprio				
Reserva legal	8.301	2,4	20	0,1
Dividendos	157.720	46,5	17.800	57,4
	166.021	**48,9**	**17.820**	**57,5**
	339.542	**100,0**	**30.999**	**100,0**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Jaguara ("Companhia" ou "Jaguara") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 19.10.2017, com o objetivo de operar e manter a Usina Hidrelétrica Jaguara ("UHE Jaguara" ou "Usina"), localizada no município de Rifaina, estado de São Paulo, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1971 e possui capacidade instalada de 424,0 MW[1] e 341,0 MW médios de garantia física.

O Contrato de Concessão foi assinado em 10.11.2017, com prazo de 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela de 70% da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração (RAG), a qual é composta da parcela associada ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos.

Em 27.04.2018, a Companhia teve deferido seu registro de emissor de que trata a Instrução CVM n° 480/09, na categoria "b". Após o deferimento do registro, em 26.06.2018, a Companhia emitiu debêntures, em duas séries, com esforços restritos, com valor nominal de R$ 1, perfazendo o montante total de R$ 1.117.000. Os recursos obtidos destinaram-se ao pagamento antecipado de parte do montante captado por meio de notas promissórias no ano de 2017. Mais informações sobre a captação vide Nota 9 – Debêntures e notas promissórias.

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base na continuidade operacional e considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável. Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento estão divulgadas na Nota 3 – Sumário das principais práticas contábeis.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Lucro líquido por ação – básico e diluído

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

d) Período comparativo

A Companhia iniciou suas atividades em 19.10.2017, motivo pelo qual as informações comparativas apresentadas nas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados compreendem apenas o período de 19.10.2017 a 31.12.2017.

f) Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou essa demonstração nos termos do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas internacionais não requerem a apresentação dessa demonstração, como consequência, a mesma está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

g) Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 19.02.2019.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Ativo financeiro de concessão

Corresponde ao direito incondicional de recebimento de caixa por meio do Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), para recuperação do investimento na aquisição de outorgas de concessão de usinas hidrelétricas licitadas pela União. Foi registrado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros garantidos e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa utilizada para o cálculo do valor presente.

a.4) Debêntures e notas promissórias

São reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, exceto pelas debêntures que a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge*, as quais são mensurados posteriormente ao valor justo por meio do resultado.

b) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo e/ou passivo no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente a valor justo. Os ganhos ou as perdas resultantes das variações no seu valor justo são reconhecidos no resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para a contabilidade de *hedge*.

O instrumento financeiro derivativo mantido pela Companhia corresponde a operação contratada para proteção de suas exposições aos riscos de variação de taxa de juros flutuante de debêntures, os quais são reconhecidos de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge*.

b.1) Contabilidade de *hedge*

No início da operação de *hedge*, elabora-se documentação formal com a descrição dos objetivos e as estratégias da gestão do risco coberto e da relação entre a transação objeto do *hedge* e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada.

A operação de *hedge* para a proteção das variações de taxas de juros flutuantes das debêntures da Companhia resulta de posição passiva vinculada à variação do CDI, ou seja, componentes não fixos, sendo, dessa forma, designados como "*Hedge* de valor justo". Nessas transações, os ganhos ou as perdas resultantes das variações das mensurações ao valor justo dos empréstimos e das operações de *hedge* são reconhecidos no resultado financeiro.

c) Intangível

Refere-se ao direito de uso da infraestrutura, originado pela diferença entre o valor da bonificação pela outorga e o montante alocado como ativo financeiro de concessão. A amortização é registrada de forma linear no prazo de vigência do contrato de concessão. A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar a perda de valores não recuperáveis de seus ativos.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal.

e) Demais passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

f) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; e (ii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

g) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

h) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

i) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à mensuração inicial do valor justo do ativo financeiro da concessão, bem como ao cálculo do valor justo das debêntures e do *hedge* contratado para proteção contra a variação dos juros sobre as mesmas.

j) Novas normas, alterações e interpretações

As principais normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e replicadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência a partir de 01.01.2018, são as seguintes:

j.1) CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15)

Esse pronunciamento substitui o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas, e estabelece um novo modelo de reconhecimento e mensuração das receitas de contratos com clientes.

De acordo com a nova norma, as receitas devem ser reconhecidas em valores que reflitam a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente. O reconhecimento da receita deve ser realizado a partir da transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios. O pronunciamento prevê a necessidade de se observar algumas etapas para o reconhecimento da receita, conforme mencionadas no item g) acima, bem como estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas anteriores.

Em conformidade com o previsto na norma, a Companhia adotou o método retrospectivo para fins de análise, mensuração e reconhecimento dos efeitos de sua aplicação. Como resultado das análises realizadas, não foram identificadas diferenças entre as práticas no que concerne ao reconhecimento e mensuração das receitas da Companhia, motivo pelo qual não houve a necessidade de se fazer qualquer reapresentação das informações contábeis comparativas.

j.2) CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Essa norma substitui o CPC 38 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (IAS 39) e estabelece novos requerimentos para : (i) a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável (*impairment)* de ativos financeiros; (iii) a contabilidade de *hedge;* e (iv) a divulgação das informações.

Os requerimentos do CPC 48 relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros foram adotados retrospectivamente, com a data de adoção inicial em 01.01.2018. As informações contábeis comparativas não foram reapresentadas - isto é, estão apresentadas conforme reportado anteriormente, sob o CPC 38 e interpretações relacionadas, uma vez que não foram apuradas diferenças nos valores contábeis dos ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do CPC 48.

As principais alterações na norma foram as seguintes:

Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros

O pronunciamento traz uma abordagem que busca refletir o modelo de negócios da Companhia e suas características de fluxo de caixa. Com base nisso, os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

De forma prospectiva, a partir de 01.01.2018, a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas.

A mensuração e registro dos instrumentos financeiros não sofreu quaisquer alterações em decorrência da adoção do novo pronunciamento.

A tabela a seguir demonstra as categorias de mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia em 31.12.2017, apresentados de acordo com a práticas contábeis anteriores e atuais.

			Classificacação de acordo com	
	Nota	31.12.2017	CPC 38/IAS 39	CPC 48/IFRS 9
Ativos financeiros				
Caixa e depósitos bancários à vista	4	49	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras	4	913	VJR	VJR
Contas a receber de clientes	5	3.443	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativo financeiro de concessão	6	1.582.710	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
		1.587.115		
Passivos financeiros				
Fornecedores		176	Custo amortizado	Custo amortizado
Dividendos	12	1.780	Custo amortizado	Custo amortizado
Notas promissórias	9	1.326.232	Custo amortizado	Custo amortizado
		1.328.188		

Mensuração e reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável (*Impairment*) de ativos financeiros

O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige que a Administração da Companhia exerça um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. Esse novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A adoção do novo pronunciamento não gerou qualquer impacto na avaliação de *impairment* dos ativos financeiros da Companhia.

j.3) Interpretações, alterações e revisões de normas

Os seguintes pronunciamentos, vigentes a partir de 01.01.2018, não tiveram nenhum efeito importante sobre as transações realizadas pela Companhia em períodos anteriores ou posteriores ao início de sua vigência.

- ICPC 21 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento (IFRIC 22);

- Alterações no CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações (IFRS 2);

- Alterações no CPC 11 – Contratos de seguro (IFRS 4);

- Alterações no CPC 28 – Propriedades para investimento (IAS 40);

- Alterações no CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); e

- Revisão anual do CPC n° 12/2017 (IASB ciclo 2014-2016).

k) Novas normas, alterações e interpretações com vigência a partir de 01.01.2019

A partir de 01.01.2019, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia: (i) Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16); (ii) Alterações no CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); (iii) Alterações no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (IAS 19) – Alterações, reduções ou liquidação de planos; (iv) Alterações no CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9) – Recursos de pré-pagamento com compensação negativa; (v) ICPC 22 – Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro (IFRIC 23); e (vi) Revisão anual do CPC ° 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A Companhia procedeu a uma avaliação inicial sobre a aplicação dessas novas normas e alterações e não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis pela adoção dos novos requerimentos. A Companhia não possui contratos que estejam enquadrados no escopo da nova norma de arrendamento mercantil.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e depósitos bancários à vista	**326**	**49**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	12.976	913
	13.302	**962**

As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo, estando concentradas, substancialmente, no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo em 31.12.2018, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária e pós fixados, atrelados à variação da Selic.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2018 e de 2017 foi de cerca de 100,0% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários).

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2018	31.12.2017
Distribuidoras	9.898	2.004
Transações realizadas na CCEE	259	1.439
	10.157	**3.443**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 45 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

NOTA 6 – ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

a) Composição

	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo financeiro de concessão	172.165	1.437.860	**1.610.025**	187.344	1.395.366	**1.582.710**

A movimentação do ativo financeiro foi esta:

	UHE Jaguara
Reconhecimento inicial – Bonificação pela outorga	1.550.673
Juros	21.866
Variação monetária	10.171
Saldo em 31.12.2017	**1.582.710**
Recebimentos	(181.564)
Juros	154.551
Variação monetária	54.328
Saldo em 31.12.2018	**1.610.025**

b) Perfil de realização do ativo financeiro de concessão apresentado no ativo não circulante

	Total
2020	146.127
2021	132.190
2022	119.585
2023	108.182
2024	97.842
2025 a 2029	365.790
2030 a 2047	468.144
Ativo financeiro de concessão	**1.437.860**

Em 27.09.2017, a Companhia foi vencedora do Leilão de Concessões não Prorrogadas, para a concessão da Usina Hidrelétrica Jaguara, pelo período de 30 anos, a partir de 10.11.2017. O pagamento da bonificação pela outorga da concessão se deu em parcela única em 30.11.2017.

Como parte do processo do Leilão, a Companhia tem assegurado pelo Poder Concedente o direito à venda de 70% da garantia física da usina, no Sistema de Cota de Garantia Física, garantindo, assim, o direito incondicional de receber caixa durante o período de concessão, sem riscos de demanda, de mercado e hidrológicos. Dessa forma, a parcela do montante pago pela outorga da concessão, correspondente ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, calculado com base na taxa de desconto de referência na data do reconhecimento inicial (6,9%), a serem recebidos pela venda da energia no ACR, foi reconhecida como ativo financeiro.

NOTA 7 – INTANGÍVEL

		31.12.2018			31.12.2017		
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total
Bonificação pela outorga	Até 2047	620.327	(24.067)	**596.260**	620.327	(3.535)	**616.792**

A diferença entre o valor pago de bonificação pela outorga e o montante registrado como ativo financeiro de concessão, conforme mencionado na Nota 6 – Ativo financeiro de concessão, representa o direito de uso da infraestrutura da Usina para geração e venda de energia. Este montante foi reconhecido no intangível e está sendo amortizado linearmente pelo prazo de concessão da Usina.

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis do intangível. Em 2018 e 2017, não houve quaisquer indicativos que resultaram na redução do valor recuperável do intangível da Companhia.

NOTA 8 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos de seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, ao qual cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços.

Esses riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Em 2018, a Companhia refinanciou parte das notas promissórias emitidas em 2017, por meio de emissão de debêntures. Adicionalmente, a Companhia contratou operação de *hedge* para proteger a exposição de uma das séries das debêntures emitidas contra variação da taxa DI. Exceto pelo exposto, não houve qualquer mudança nos riscos aos quais a Companhia está exposta ou na sua administração e mensuração, quando comparados aos apresentados na Nota 9 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros das demonstrações contábeis de 31.12.2017.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são estes:

a.1) Risco relacionado às dívidas com índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de índices de preços aplicados aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta ao IPCA.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária.

Operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

Em 19.12.2018, a Companhia, para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros dos juros das debêntures contra a variação da taxa DI, contratou operação de *swap* com o Banco Itaú BBA.

Em função das características do referido instrumento financeiro, a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo para o seu registro contábil. Dessa forma, tanto as debêntures objeto do *hedge* quanto o instrumento de *hedge* (*swap*) são mensurados pelo valor justo em contrapartida do resultado, protegendo a Companhia dos efeitos financeiros da variação do CDI sobre as debêntures.

Em 31.12.2018, os valores das debêntures e dos *swaps* avaliados ao custo amortizado e ao valor justo são estes:

Instrumento financeiro	Valor de referência	Vencimento principal	Pagamento juros	Juros	Custo amortizado	Ajuste valor justo	Saldo contábil
Debêntures	R$ 483.000	06.2023	Semestrais	107,0% do CDI	473.828	7.044	480.872
Swap	R$ 483.000	06.2023	Semestrais	IPCA + 4,47%	(473.437)	(227)	(473.664)
Resultado *swap*[2]					**391**	**6.817**	**7.208**

a.2) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes

Em atendimento à Instrução CVM n° 475/08, e para fins de referência, está sendo apresentada a seguir uma análise de sensibilidade do ativo financeiro de concessão e das debêntures, expostos a riscos da variação de índices inflacionários.

O cenário-base provável para o ano de 2019 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação do índice	Variação 2018	Cenário Provável 2019	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25% (*)	Δ + 50% (*)
IPCA	3,7%	4,0%	0,3 p.p.	1,0 p.p.	2,0 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2019.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2018 e os previstos no cenário provável para 2019, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável para 2019. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2019, em comparação com o ano de 2018, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2018	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento (passivo)				
Debêntures				
IPCA	631.183	(1.787)	(6.777)	(13.554)
IPCA (Debêntures com *swap* para o IPCA)	480.872	(1.234)	(4.680)	(9.358)
	1.112.055	**(3.021)**	**(11.457)**	**(22.912)**
Risco de redução (ativo)				
Ativo financeiro de concessão				
IPCA	1.610.025	4.749	(17.545)	(35.091)
Total		**1.728**	**(29.002)**	**(58.003)**

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

[2] Apresentado nas rubricas de "Outros ativos circulantes" e "Outros ativos não circulantes".

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures, líquidas dos efeitos do *hedge*, deduzidas do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2018	31.12.2017
Dívida[3]	1.104.847	1.326.232
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(13.302)	(962)
Dívida líquida	**1.091.545**	**1.325.270**
Patrimônio líquido	**1.004.678**	**870.359**
Endividamento líquido	**1,09**	**1,52**

A Companhia foi constituída em 09.10.2017 e sua atual estrutura de endividamento líquido é composta pela dívida contratada para o financiamento do pagamento de parte da bonificação pela outorga. A redução observada entre 2017 e 2018 é motivada pelo desempenho operacional e consequente geração de caixa operacional positivo, o qual permitiu redução do endividamento líquido.

c) Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contrato de debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, a dívida poderá ter seu vencimento antecipado. Em 31.12.2018, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas (Nota 9 – Debêntures e notas promissórias).

d) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia, as aplicações financeiras e as operações de *hedge*. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

d.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nas operações de venda de energia no mercado livre, a fim de mitigar o risco de crédito, a Companhia firmou contrato com a sua controladora, vigente a partir de 01.01.2018, pelo período de 13 anos, mitigando o seu risco de crédito. Para mais detalhes vide Nota 15 – Transações com partes relacionadas.

d.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2018, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

[3] Líquida dos efeitos do *hedge*.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d.3) Riscos relacionados às operações de *hedge*

A "Política de Investimentos e Derivativos" impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo.

Conforme anteriormente mencionado, a única operação de *hedge* contratada pela Companhia é o *swap* para proteção da variação da taxa DI sobre uma das séries das debêntures emitidas.

e) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2018. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	8.834	-	-	-	8.834
Debêntures[4]	168.620	361.934	363.894	542.699	1.437.147
	177.454	**361.934**	**363.894**	**542.699**	**1.445.981**

O ativo financeiro de concessão não possui risco de liquidez, uma vez que está relacionado à parcela de energia destinada ao ACR, no Sistema de Cota de Garantia Física, cujo pagamento é garantido pelo Poder Concedente.

[4] Líquidas das operações de *hedge*.

f) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	31.12.2018	31.12.2017
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	12.976	913
Hedge de valor justo sobre debêntures	7.208	-
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	326	49
Contas a receber de clientes	10.157	3.443
Ativo financeiro de concessão	1.610.025	1.582.710
	1.640.692	**1.587.115**
Passivos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Debêntures	480.872	-
Custo amortizado		
Fornecedores	8.834	176
Dividendos	33.572	1.780
Debêntures e notas promissórias	631.183	1.326.232
Adiantamento de clientes	51.494	-
	1.205.955	**1.328.188**

Os ativos e os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão avaliados por meio de outros dados observáveis (Nível 2), exceto as aplicações financeiras, as quais estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

h) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado no ativo financeiro de concessão e na parcela das debêntures que não estão sob o escopo da contabilidade de *hedge*. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado foram utilizados os fluxos de caixa futuros, descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	31.12.2018		31.12.2017	
	Contábil	**Mercado**	**Contábil**	**Mercado**
Ativo financeiro de concessão	1.610.025	1.607.729	1.582.710	1.583.325
Debêntures	631.183	646.450	-	-
	2.241.208	**2.254.179**	**1.582.710**	**1.583.325**

NOTA 9 – DEBÊNTURES E NOTAS PROMISSÓRIAS

a) Composição

	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures – 1ª emissão	104.599	1.004.860	1.109.459	-	-	
Notas promissórias	-	-	-	1.317.762	-	1.317.762
Encargos	2.596	-	2.596	8.470	-	8.470
Debêntures e notas promissórias	**107.195**	**1.004.860**	**1.112.055**	**1.326.232**	**-**	**1.326.232**
Efeitos do *hedge* (*swap*) – Posição ativa	(1.906)	(5.302)	(7.208)	-	-	-
Debêntures e notas promissórias, líquidos dos efeitos do *hedge*	**105.289**	**999.558**	**1.104.847**	**1.326.232**	**-**	**1.326.232**

Em 26.06.2018, a Companhia emitiu debêntures, em duas séries, com esforços restritos, com valor nominal de R$ 1, perfazendo o montante de R$ 1.117.000. Os recursos obtidos, no montante de R$ 1.090.347, líquidos dos custos de captação, destinaram-se ao pagamento antecipado de parte do montante captado por meio de notas promissórias.

Para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos dos juros das debêntures contra a variação da taxa DI, em 19.12.2018 foi contratada operação de *swap* com o Banco Itaú BBA.

b) Mutação das debêntures e notas promissórias

	Circulante	Não circulante	Total
Emissão de notas promissórias	1.317.559	-	1.317.559
Juros	8.673	-	8.673
Saldos em 31.12.2017	**1.326.232**	**-**	**1.326.232**
Emissão de debêntures	53.512	1.036.835	1.090.347
Juros	93.208	-	93.208
Variações monetárias	82	10.081	10.163
Ajuste a valor justo	1.565	5.480	7.045
Transferências	47.536	(47.536)	-
Amortização do principal de notas promissórias	(1.320.000)	-	(1.320.000)
Amortização de juros	(94.940)	-	(94.940)
Saldos em 31.12.2018	**107.195**	**1.004.860**	**1.112.055**

c) Principais condições contratadas

	Quantidade	Remuneração	Condições de Pagamento		Vencimento	Garantia	Saldos em 31.12.2018
			Encargos	Principal			
1ª Emissão - Série 1	483.000	107% a.a. sobre Δ Taxa DI com swap para IPCA + 4,47%	Semestralmente a partir de 12.2018	9 parcelas semestrais a partir de 06.2019	06.2023	Garantia real	480.872
1ª Emissão - Série 2	634.000	IPCA + 6,4962%	Semestralmente a partir de 12.2018	15 parcelas semestrais a partir de 06.2020	06.2027	Garantia real	631.183

d) Vencimentos dos saldos apresentados no passivo não circulante

	Total
2020	116.659
2021	129.805
2022	136.020
2023	146.863
2024	143.803
2025 a 2029	331.710
Debêntures	**1.004.860**

e) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*
Debêntures - 1ª emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) ≥ 1,1

Os compromissos financeiros estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

NOTA 10 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Composição

Natureza dos créditos	31.12.2018				31.12.2017
	Base de cálculo	IR	CSSL	Total	Total
Passivo:					
Remuneração do ativo financeiro de concessão	240.916	60.229	21.683	81.912	10.892
Amortização da diferença entre intangível fiscal e contábil da bonificação paga pela outorga	60.162	15.041	5.415	20.456	2.890
Outros	163	40	15	55	-
		75.310	**27.113**	**102.423**	**13.782**
Ativo:					
Receita de "Retorno de Bonificação pela Outorga" – ACR	195.683	48.921	17.611	66.532	11.039
		48.921	**17.611**	**66.532**	**11.039**
Valor líquido		**26.389**	**9.502**	**35.891**	**2.743**

b) Movimentação de saldo

Saldo em 19.10.2017	**-**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do período	2.743
Saldo em 31.12.2017	**2.743**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	33.148
Saldo em 31.12.2018	**35.891**

c) Expectativa de realização e exigibilidade

A Administração da Companhia elabora projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização dos créditos fiscais nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	Ativo	Passivo
2019	7.115	10.946
2020	6.039	9.291
2021	5.463	8.405
2022	4.942	7.603
2023	4.470	6.934
2024 a 2026	11.010	16.939
2027 a 2029	8.149	12.539
2030 a 2032	6.032	9.281
2033 em diante	13.312	20.485
	66.532	**102.423**

NOTA 11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

Em 09.01.2018, ocorreu a integralização do capital social, no montante de R$ 90. Adicionalmente, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10.01.2018, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social por meio da capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital realizado em 2017, no montante de R$ 854.309, com a emissão de 854.308.805 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Desta forma, em 31.12.2018, o capital social da Companhia é de R$ 854.409 (R$ 10 em 31.12.2017), totalmente subscrito e integralizado, constituído por 854.408.805 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 854.408.795 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 10 são de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

b) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c) Lucro por ação básico e diluído

	31.12.2018	19.10.2017 a 31.12.2017
Lucro líquido do exercício	166.021	17.820
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	854.409	100
Lucro por ação básico e diluído – Em reais	**0,19431**	**178,18900**

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores no exercício apresentado, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

NOTA 12 – DIVIDENDOS

a) Cálculo

	31.12.2018	31.12.2017
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	166.021	17.820
Reserva legal	(8.301)	(20)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**157.720**	**17.800**
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios	15.772	1.780
Dividendos adicionais propostos	141.948	16.020
Total dos dividendos anuais	**157.720**	**17.800**
Percentual do lucro líquido ajustado	**100%**	**100%**

b) Composição do saldo de dividendos a pagar

	31.12.2018	31.12.2017
Dividendos mínimos obrigatórios – exercício 2017	1.780	1.780
Dividendos adicionais propostos referentes ao exercício de 2017	16.020	-
Dividendos mínimos obrigatórios – exercício 2018	15.772	-
	33.572	**1.780**

c) Política de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

d) Distribuições realizadas e proposta relativa ao lucro líquido do exercício de 2018

d.1) Dividendos complementares relativos ao exercício de 2017

Em 30.04.2018, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a destinação do lucro líquido e a proposta de distribuição de dividendos complementares relativos ao exercício findo em 31.12.2017, no valor de R$ 16.020. Nesta data, a Companhia reconheceu a obrigação do pagamento em seu balanço patrimonial.

d.2) Dividendos adicionais propostos

Adicionalmente aos dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R$ 15.772, a Companhia está propondo a distribuição de dividendos adicionais relativos ao exercício de 2018 no montante de R$ 141.948.

Os dividendos excedentes ao mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto, ainda não aprovado em Assembleia Geral, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos adicionais propostos", até a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária – AGO.

NOTA 13 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2018	19.10.2017 a 31.12.2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento de energia elétrica	162.547	774
Receita GAG – operação e manutenção	63.919	-
Transações no mercado de curto prazo	2.989	1.439
	229.455	**2.213**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(8.375)	(81)
Pesquisa e desenvolvimento	(2.185)	(20)
	(10.560)	**(101)**
REMUNERAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO	**208.879**	**32.037**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**427.774**	**34.149**

NOTA 14 – RESULTADO FINANCEIRO

	2018	19.10.2017 a 31.12.2017
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	7.427	956
Outras receitas financeiras	457	-
	7.884	**956**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre		
Debêntures e notas promissórias	103.371	8.673
Outros	9	-
Outras despesas financeiras	229	68
	103.609	**8.741**
Despesas financeiras, líquidas	**95.725**	**7.785**

NOTA 15 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2018 e 31.12.2017, os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora ENGIE Brasil Energia.

b) Venda de energia

A Companhia possui contrato de venda de energia com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, no montante de 98,4 MW médios, ao preço de R$ 130/MWh, sendo reajustado anualmente pelo IPCA, cuja vigência é de 01.01.2018 até 31.12.2028. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2018 é de R$ 1.121.158.

Adicionalmente, em novembro de 2018, a Companhia recebeu como adiantamento do contrato de energia firmado com a controladora, o montante de R$ 75.000. A realização deste adiantamento se dá por meio da compensação das faturas de venda de energia. Em 31.12.2018, o saldo deste adiantamento era de R$ 51.494.

O contrato de venda à controladora prevê que esta assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), incluindo a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF). Em função disto, durante o ano de 2018, a Companhia firmou contratos de curto prazo de compra de energia, os quais tinham por finalidade mitigar os efeitos negativos que seriam apurados na CCEE caso tais compras não fossem realizadas.

Assim, os montantes relativos a transações com partes relacionadas que afetaram o resultado da Companhia no exercício findo em 31.12.2018 foram:

	Receita	Custo
	Suprimento de energia	Compra de energia
EBE	147.572	54.968

c) Acordo operativo

Em 14.06.2018, a Companhia e a controladora celebraram um acordo operativo, no qual a controladora garante o atendimento dos procedimentos internos da Companhia quando da execução de atividades operacionais na UHE Jaguara. Este acordo será parte integrante do Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura a ser anuído pela Aneel. Esse acordo será válido por 60 meses após a publicação da anuência do órgão regulador à eficácia do Contrato Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura, podendo ser prorrogado por iguais períodos.

NOTA 16 – SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2019 e o valor da cobertura é R$ 1.468.083, sendo R$ 1.338.215 referente a danos materiais e R$ 129.868 a lucros cessantes.

b) Sinistro

Em abril de 2018, ocorreu um sinistro na unidade geradora da UHE Jaguara, gerando exposição de lucros cessantes de longo prazo e danos materiais. A unidade sinistrada ficou indisponível até dezembro do corrente ano. Em 31.12.2018, os montantes a receber decorrentes de danos materiais e lucros cessantes do período compreendido entre abril e dezembro de 2018 eram de R$ 14.590.

NOTA 17 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o qual tem vigência até a data de término da concessão. Os compromissos futuros correspondentes a este contrato, em 31.12.2018, são de R$ 1.002.320.

NOTA 18 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

Em 2018 houve aumento de capital social por meio da capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital realizado em 2017, no montante de R$ 854.309 (Nota 11 – Patrimônio líquido).

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes apresentado.

José Luiz Jansson Laydner
Diretor-Presidente

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger
Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 19 de fevereiro de 2019.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Presidente

Carlos Henrique Boquimpani de Freitas
Conselheiro

José Luiz Jansson Laydner
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor-Presidente

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos
Contadora - CRC SC 034594/O-0

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Dona Francisca, 260 -
sala 1.504
89201-250 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética Jaguara

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Energética Jaguara ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Jaguara em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Ativo financeiro de concessão

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.a e nº 6 às demonstrações contábeis, o ativo financeiro de concessão é mensurado no início da concessão pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes das parcelas a serem liquidadas e, posteriormente, mantido ao custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente. O contrato de concessão estabelece uma divisão para a destinação de utilização da capacidade instalada da usina de Jaguara de 70% ao Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") e 30% ao Ambiente de Contratação Livre ("ACL"). A parcela destinada ao ACR é garantida pelo Poder Concedente e não possui risco de demanda. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o alto grau de julgamento e complexidade na determinação dos fatores e das premissas por parte da Administração, atreladas ao processo de mensuração do ativo financeiro de concessão, assim como a relevância dos valores envolvidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos da Companhia relacionados aos cálculos do ativo financeiro de concessão; (ii) discussão das premissas, incluindo a taxa de desconto utilizada no cálculo do ativo financeiro de concessão com a Administração da Companhia; (iii) obtenção das planilhas de cálculo preparadas pela Companhia para confronto com os registros efetuados no sistema contábil, com a adequada classificação do ativo financeiro de concessão (contas a receber) e ativo intangível; (iv) recálculo do ativo financeiro de concessão; e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo financeiro de concessão e a consequente segregação entre ativo financeiro de concessão e ativo intangível, realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.g e nº 13 às demonstrações contábeis, a receita da Companhia decorre substancialmente da remuneração e variação monetária do ativo financeiro de concessão e do fornecimento e suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da complexidade no processamento e registro das transações e no reconhecimento da receita.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos da Companhia relacionados aos cálculos utilizados para mensurar a receita; (ii) exame das planilhas de controle da receita; (iii) recálculo da receita considerando o contrato de concessão; (iv) confronto das informações com os extratos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequados, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreende o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, não abrange o Relatório da Administração e, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Deloitte.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 19 de fevereiro de 2019

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.